

PRISÔMETRO E O POPULISMO PUNITIVO: A SEGURANÇA PÚBLICA NÃO SE MEDE EM NÚMEROS DE PRISÃO

**PRISON METER AND PUNITIVE POPULISM: PUBLIC SAFETY IS NOT MEASURED BY
INCARCERATION NUMBERS**

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15132891>

Resumo: A instalação do “Prisômetro” pela Prefeitura de São Paulo, que exibe em tempo real o número de prisões via sistema Smart Sampa, reflete uma política de segurança baseada no populismo punitivo e no espetáculo da repressão. O presente texto critica o uso dessa ferramenta, já que sem transparência ou controle social o aparato legitima uma lógica repressiva e preconceituosa. Defende-se, em contraponto, a adoção de políticas públicas inclusivas e preventivas, como o uso de políticas de segurança integradas, a urbanização de áreas marginalizadas, o incentivo à cultura e ao esporte e a promoção da justiça restaurativa. A segurança deve ser medida por indicadores de dignidade e justiça social, não pela quantidade de prisões.

Palavras-chave: prisômetro; populismo punitivo; reconhecimento facial; segurança pública; políticas inclusivas.

Abstract: The installation of the “Prison Meter” by São Paulo City Hall, which displays in real-time the number of arrests through the Smart Sampa system, reflects a security policy based on punitive populism and the spectacle of repression. This text criticizes the use of this tool, as without transparency or social oversight it legitimizes a repressive and prejudiced logic. In contrast, it advocates for the adoption of inclusive and preventive public policies, such as integrated security strategies, urbanization of marginalized areas, promotion of culture and sports, and implementation of restorative justice. Security should be measured by indicators of dignity and social justice, not by the number of arrests.

Keywords: prison meter; punitive populism; facial recognition; public security; inclusive policy.

A recente instalação do “Prisômetro” pela Prefeitura de São Paulo simboliza uma escolha política preocupante: a opção por transformar a repressão penal em espetáculo. O painel eletrônico que exibe, em tempo real, o número de prisões realizadas com o auxílio do sistema de videomonitoramento *Smart Sampa* não informa — performa. Seu objetivo não é qualificar o debate público sobre segurança, mas reforçar uma narrativa de força, controle e punição, explorando o medo como ferramenta de gestão e capital político.

Essa estratégia insere-se em um padrão já conhecido de governos com baixo compromisso democrático: o populismo punitivo. Trata-se da instrumentalização da segurança pública como palco de afirmação de autoridade, em detrimento da racionalidade, da legalidade e da efetividade. O resultado, como a experiência brasileira já demonstrou à exaustão, é o aprofundamento das desigualdades, o fortalecimento do encarceramento em massa

e a estigmatização dos mesmos territórios e corpos vulneráveis de sempre.

O que se oferece, portanto, é mais do mesmo: mais repressão sem controle, mais policiamento ostensivo e militarizado, mais exclusão social e mais prisões como indicadores de sucesso. Uma fórmula antiga, reiteradamente ineficaz, que ignora a complexidade do fenômeno da violência urbana e se mostra contraproducente para a construção da segurança como direito social.

A novidade do Prisômetro, contudo, está na união desse populismo com um vigilantismo estatal, que considera os novos sistemas tecnológicos infalíveis, algo que não são. Por trás dos festejados números de presos em flagrante ou foragidos recapturados, há pessoas reais, detidas ilegalmente, por reconhecimentos faciais indevidos. Em todo o mundo, são frequentemente apontados os equívocos desse tipo de sistema, cuja eficácia é majoritariamente falha nos casos de pessoas negras (sobretudo as mulheres),

transgênero e asiáticas, o que pode gerar um encarceramento altamente discriminatório.

Relembre-se que o texto original para a instalação do *Smart Sampa* trazia expressões como “vadiagem” e “cor” como critérios de análise do sistema, que só foram substituídas por “estrutura corporal”, após intensa manifestação da sociedade civil.

A política de (in)segurança pública brasileira sempre teve foco claro, relacionado à raça e ao CEP das abordagens policiais. Agora, esse tipo de ação seletiva pode ser intensificado, tornando milhares de pessoas suspeitas em potencial, com câmeras “estrategicamente” colocadas em determinadas áreas da cidade, tidas como mais fiscalizáveis pelo setor público. Isso pode dar à sociedade uma impressão de segurança, mas, na realidade, tende a alargar políticas discriminatórias. Isso porque os sistemas de reconhecimento facial não se desenvolvem sozinhos, eles trazem os vieses de quem os alimenta.

O mais curioso é que o *Prisômetro* é apresentado como o “novo instrumento de transparência do *Smart Sampa*”, mas, como todo sistema do tipo, o seu funcionamento é o oposto disso: trata-se de um aparato pouco claro e de difícil auditabilidade, o que torna praticamente impossível averiguar a higidez da tecnologia e aferir a responsabilidade dos agentes estatais pelos erros cometidos.

Em síntese, uma vez mais, o Estado policial busca soluções fáceis para problemas difíceis. Há, no entanto, outro caminho possível — e necessário.

Ao invés de recorrer a tecnologias violadoras de Direitos Humanos, os municípios brasileiros, especialmente aqueles com grande densidade populacional e altos índices de desigualdade, como São Paulo, podem e devem assumir protagonismo na formulação de políticas públicas de segurança que tenham como eixo central a prevenção e a inclusão.

Isso passa, em primeiro lugar, pela reconfiguração do papel das Guardas Civis Municipais. Com o reconhecimento de seu poder de polícia, é fundamental que essas corporações não se limitem a reproduzir a lógica militarizada das polícias estaduais. Devem se constituir como forças pautadas pelo policiamento de proximidade, pela escuta ativa das comunidades, pela mediação de conflitos e pela presença cidadã nos territórios, contribuindo para a construção de vínculos e de confiança com a população.

Em paralelo, é urgente que os governos municipais promovam políticas de segurança integradas, voltadas para as causas do delito, e não apenas para suas consequências. Isso inclui a urbanização de favelas e periferias, a ampliação da iluminação pública, o acesso à educação de qualidade, a inserção produtiva de jovens, a oferta de oficinas culturais e esportivas e a criação de alternativas identitárias que disputem com as facções criminosas o imaginário e o futuro da juventude.

Além disso, devem ser fomentados programas de justiça restaurativa, ações de pacificação territorial com participação comunitária e iniciativas de fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. A segurança pública precisa deixar de ser pensada como política de coerção para ser assumida como política de cuidado e de garantia de direitos.

Em suma, segurança pública não se mede com contadores de prisões, mas com indicadores de dignidade, pertencimento e justiça social. O combate à violência passa, inevitavelmente, pela superação do modelo de repressão ostensiva e pela construção de cidades que não apenas punam, mas que incluam, protejam e ofereçam oportunidades reais de vida para todas e todos.

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Como citar (ABNT Brasil)

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. *Prisômetro e o populismo punitivo: a segurança pública não se mede em números de prisão*. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 33, n. 391, p. 2-3, 2025. DOI:

10.5281/zenodo.15132891. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/2090. Acesso em: 1 maio 2025.

Referências

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; SOARES, Bárbara Ribeiro. As Guardas Municipais e a atuação dos municípios na segurança pública: novas atribuições e responsabilidades do poder local. *Fonte Segura*, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/as-guardas-municipais-e-a-atuacao-dos-municipios-na-seguranca-publica-novas-atribuicoes-e-responsabilidades-do-poder-local/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BONNER, Michelle. O que é o populismo punitivista? Uma tipologia baseada na comunicação midiática. *MATRIZes*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 77-102, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i1p77-102>

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. *Smart Sampa*. Disponível em: <https://smartsampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 4 abr. 2025.